

PADRINHOS E NOMES

Enquanto as relações matrimoniais e patrimoniais se transformam no tempo, como se viu no capítulo anterior, as relações de compadrio atravessam esse tempo sem que se altere substancialmente seu padrão, inclusive nas áreas urbanas industrializadas, antigas colônias, como São Leopoldo e Novo Hamburgo. A única modificação essencial é a passagem de relações de compadrio entre *picadas* para relações internas a uma mesma *picada*, acompanhando a evolução das relações matrimoniais. Contudo, raramente se registraram relações de compadrio envolvendo famílias de distintas *colônias*. Deve-se notar, por outro lado, que entre os colonos, católicos ou protestantes, a relação entre compadres não é tida como mais importante que aquela entre o padrinho e o afilhado, o que constitui uma diferença com relação a outras partes do Brasil (Arantes Neto: 1975).

Uma das características do padrão de compadrio é a alternância de gerações, isto é, o afilhado de um padrinho será o padrinho do neto de seu próprio padrinho. Um segundo elemento é que padrinhos e madrinhas devem ser parentes do afilhado (e, conseqüentemente, dos pais deste) e parentes entre si, pelo menos no plano do modelo ideal. Mas não devem ser apenas parentes: o padrinho deve ser o irmão do pai e a madrinha a irmã da mãe.

Pode-se falar, portanto, em padrinhos preferenciais. Se pensarmos o compadrio a partir de seu significado simbólico, isto é, como

“Sagrada Família” (Arantes Neto, 1975), pode-se sugerir, neste plano, que no ritual do batismo ocorre um “casamento” entre o padrinho e a madrinha, entre o irmão do pai e a irmã da mãe, cada um deles representando um casal, efetivamente casado. Temos então uma uni-ficação de duas famílias, mas, mais do que isso, um casamento múltiplo metafórico.

Para compreender isso, temos que lembrar que o casamento entre um par de irmãos com um par de irmãs conduzia, na geração seguinte, ao casamento de um homem com a filha do irmão do pai e de uma mulher com o filho da irmã da mãe. Temos de lembrar também que a irmã da mãe era considerada a esposa adequada a um pai viúvo e que ela podia ser a irmã da madrinha dos filhos desse pai.

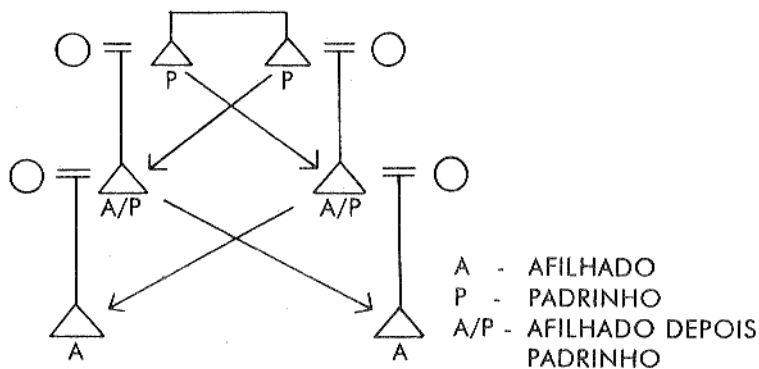
O compadrio, portanto, não é apenas “intensivo”, isto é, interno às relações de parentesco, o que, em si, já é significativo, mas ele como que replica um padrão matrimonial, ainda que não aquele entre primos cruzados, característico das relações matrimoniais entre *colônias*. Como se viu, tampouco há, ou havia, relações de compadrio entre tais *colônias*. Um terceiro elemento a ser considerado é que os padrinhos devem ser do mesmo grupo de idade dos pais do afilhado, ou afilhada. Não encontrei nenhum caso de escolha de avós, o que é, todavia, comum no Nordeste, como se verá.

Poder-se-ia dizer, então, que o compadrio, além de sacralizar o casamento — que só é considerado como sendo realmente um casamento após o nascimento de filhos, como em muitas outras sociedades tradicionais — e transformar, pelo batizado, um ser biológico numa pessoa cristã, sacraliza também as relações de parentesco.

Com relação ao matrimônio, princípios de parentesco são acionados em momentos específicos, mas no plano da “Sagrada Família” estão presentes em todos os momentos. A estrutura está como que “guardada” no plano das relações sagradas. Vale lembrar as já várias vezes referidas cartas de Priscator, onde se propunha o casamento entre primos paralelos.

O diagrama seguinte mostra como o padrão de compadrio encerra um princípio de alternância de gerações: a mesma pessoa será, num momento, afilhado e no momento seguinte, padrinho. Estabelece-se, assim, uma relação de reciprocidade entre duas famílias, novamente análoga às relações de troca matrimonial.

É preciso entender que a relação padrinho-afilhado, ou madrinha-afilhada, se encerra com o casamento do afilhado(a) — de fato, já começa a declinar com a Primeira Comunhão, no caso dos católicos, e



da Confirmação, no caso dos evangélicos. Portanto, quando alguém se torna padrinho, ele já deixou de ser afilhado¹. Analogamente à relação pai-filho, a relação padrinho-afilhado cessa com a emancipação do afilhado e esta se dá com o casamento, não obstante a realidade da "menoridade adulta".

Há, todavia, uma contradição no "sistema". O padrão de reciprocidade acima mencionado, entre gerações, encontra seu apoio ideológico na noção de que o afilhado é devedor do padrinho e que a dívida é paga assumindo, para com o neto deste, a mesma obrigação. O irmão do pai é o padrinho preferencial, mas ocorre que o filho do irmão do pai também o é, pois ele é considerado equivalente ao irmão do pai, principalmente quando esses dois últimos não pertencem ao mesmo grupo de idade que, como se viu, é um dos princípios organizadores das relações de parentesco. Até aí, não há contradição, mas é evidente que o modelo de reciprocidade intergeracional não pode ser mantido indefinidamente, ao mesmo tempo que se mantém a preferência pelo irmão do pai.

Duas soluções podem ser acionadas: se retorna ao irmão do pai e se recomeça a troca; mantém-se a reciprocidade entre gerações, e se abandona a preferência pelo irmão do pai. Ou se emprega uma solução de compromisso: mantém-se a reciprocidade para alguns filhos e se aciona o irmão do pai para outros filhos. Mas, naturalmente, pode não haver um irmão do pai na ocasião do batizado, seja porque morreu,

¹Estou me referindo a um padrão ideal que, na *colônia*, é o que corresponde a relações reais mais freqüentes. No entanto, também existem padrinhos e madrinhas solteiros.

seja porque não chegou a nascer. A tendência então é escolher um parente próximo do “preferencial”, como um primo, ou até mesmo, de modo menos freqüente, um irmão da mãe ou primo imediato desta. Igualmente, aquele que deveria ser o padrinho, pela “dívida” contraída com seu próprio padrinho, pode ter morrido, ou estar ausente (evita-se recrutar padrinhos que morem muito longe). Ele será, então, também substituído por um parente, seu irmão, por exemplo, ou se reiniciará o ciclo através do irmão do pai. São práticas que ajustam as possibilidades reais a um modelo ideal.

Devo ainda observar que o ritual do batizado inclui outros atores, por assim dizer coadjuvantes, desde um ponto de vista estrutural, pois há mais de um casal de padrinhos presentes: uma criança protestante terá, em média, dois padrinhos e duas madrinhas, cada um deles representando um casal casado. Isto significa que o padrinho e a madrinha presentes ao ritual não são casados entre si. Entre os católicos haverá também, junto à pia batismal, um representante de cada casal e mais um terceiro, uma madrinha “júnior”.

A escolha de vários padrinhos e madrinhas não é algo novo. Hunsche (1975: 143) menciona o batizado de uma criança, filha de emigrantes, em 1824, durante a travessia do Atlântico. Essa criança, evangélica, teve cinco padrinhos. Entre colonos *fracos* evangélicos encontra-se casos de crianças com até seis ou mesmo oito padrinhos, todos eles igualmente colonos *fracos*. Entre os colonos *fortes*, todavia, o número é menor.

Isto conduz a duas questões. Em primeiro lugar, o padrinho, ou os padrinhos, devem ser da mesma condição social que o pai; se o casamento é homogâmico, entre pais e padrinhos, e padrinhos (e madrinhas) entre si, deve prevalecer também uma “horizontalidade social”.

Em segundo lugar, a maioria dos padrinhos é estruturalmente irrelevante, do ponto de vista das relações entre o compadrio e o parentesco; são como que coadjuvantes de uma coreografia ritual. Com grande freqüência não são parentes, mas vizinhos ou amigos, que possuem um significado “prático”, pois são, também, ainda que em menor medida, responsáveis pela criança. Pelo ritual do compadrio, ou do batizado, são “transformados” em parentes. Trata-se, aqui, do uso social, não necessariamente consciente, de um rito e do compadrio com base numa matriz ideológica de parentesco. Talvez por isso mesmo colonos *fracos* tenham mais padrinhos, já que sua passagem por este mundo é povoada de maiores incertezas.

Há, contudo, que considerar outra dimensão. Os padrinhos “excedentes” são estruturalmente irrelevantes, mas nem tudo na vida é estrutura. Seu significado não está nesta, mas no sentimento. É uma forma de reafirmar uma relação de amizade, ou de consolidar uma relação de vizinhança e, sem dúvida nenhuma, são importantes na construção de redes sociais. Se nem tudo é estrutura, nem tudo tampouco é parentesco, muito embora eu esteja enfatizando esta última dimensão.

Entre os católicos é menor a elasticidade, dados os ordenamentos da Igreja. Mesmo assim, em vez de se tomar um casal já constituído, isto é, um homem e uma mulher casados entre si, toma-se um representante de cada casal, respectivamente padrinho e madrinha (o padrinho representa sua esposa, e a madrinha seu esposo). Sempre que possível, católicos e protestantes têm como padrinho principal o irmão do pai e como madrinha a irmã da mãe. Os católicos, porém, convidam ainda uma *Fermgod*², normalmente uma jovem com entre treze e dezoito anos, filha de vizinhos. É como se fosse uma madrinha “júnior”. Se a relação padrinho-afilhado corresponde à relação pai-filho, a *Fermgod* corresponde a uma irmã mais velha, isto é, o grupo de idade mais velho no total de *siblings*.

Tenho muitos exemplos de padrinhos que assumiram o papel de pais com relação a seus afilhados. Como dizia uma de minhas informantes: “Numa casa em que se descasca batatas para dez, mais um ou dois não faz diferença”. Ela se refere à sua afilhada, filha de sua irmã, por ela assumida. Em outro caso, ao fazer o levantamento genealógico de uma família, o informante me disse ter dois irmãos e uma irmã e depois esclareceu que um dos irmãos era, na realidade, filho do irmão de seu pai:

“— Quando ele chegou era um quase nada; minha mãe passou noites e noites até ele melhorar [...] nenhum de nós deu tanto trabalho como ele, ela sempre dizia que foi mais um filho que Deus botou no caminho dela. É como diz o ditado: Tornar-se pai não é difícil; difícil é ser pai. Só que ali foi mais ela. E olha, posso dizer que ele era o preferido dela.

“— E na herança, como é que foi?

“— O pai botou um terreno no nome dele e ele ganhou a madeira da casa. Que nem nós.”

² A *Fermgod* equivale à “madrinha de apresentação” do Nordeste.

Esse depoimento chama a atenção para outra questão, além da afeição entre madrinha e afilhado: normalmente o afilhado vai para a casa do irmão do pai e a afilhada para a casa da irmã da mãe. Não se trata, contudo, de uma regra e muito menos de uma regra absoluta. As condições de cada família são uma variável importante (situação econômica, número de filhos, estado de saúde do pai e da mãe da família adotante etc.). No plano do “como deveria ser”, porém, a ideologia do compadrio novamente replica a ideologia do parentesco.

Por outro lado, como já se viu no capítulo anterior, afilhados também herdam. Note-se que no segundo depoimento acima, o afilhado não herdou parte do patrimônio, mas recebeu um terreno, assim como os outros filhos (não herdeiros). Quando o padrinho não tem filhos, o afilhado herda todo o patrimônio.

Os nomes relacionam-se igualmente ao parentesco, e também com as relações de compadrio.

Os costumes de nomeação marcam diferenças entre os sexos, servindo para a construção dos gêneros. Em seu uso cotidiano, os prenomes são fundamentais, assim como sua colocação relativa aos sobrenomes — nomes de família; mais especificamente, de famílias-tronco. O prenome do homem é em geral herdado de seu padrinho, idealmente o irmão do pai. Em caso de casamento hipergâmico do pai de um menino, ele herdará o prenome de um irmão da mãe, que será também seu padrinho. Mas, para o filho que se supõe seja o ultimogênito — o que nem sempre corresponde à realidade — reserva-se o prenome do avô paterno. Esse costume não leva em consideração qualquer avaliação estética do nome; não há interferência do “gosto”. Ou, pelo contrário, pode-se dizer que é de “bom gosto” seguir o costume; a estética está nas relações sociais e não na “sonoridade” do nome. Como vimos, nem sempre o sucessor é, efetivamente, o ultimogênito, e por isso encontravam-se vários *Stammhalter* que não tinham o prenome do avô. O que importa aqui, contudo, é a ideologia, mesmo porque o significado dos nomes está no plano do simbólico.

No caso das mulheres, o prenome não possui “raízes”. Ele era, e continua sendo, escolhido por ser considerado bonito — nomes compostos pela justaposição de outros nomes; nomes de atrizes, retirados de revistas, e hoje de personagens ou atrizes de televisão. É interessante observar que as mulheres receberam prenomes da língua portuguesa antes que os homens, que mantiveram por mais tempo os prenomes alemães. Num levantamento por mim realizado nos registros da Comunidade Evangélica de Dois Irmãos verifiquei que, em

1900, 92% dos homens receberam nomes alemães; em 1939, apenas 17%.

Por volta de 1930 encontra-se freqüentemente o primeiro prenome masculino já aportuguesado, seguido de um segundo, ainda em alemão, como por exemplo Rodolfo Heinrich. Explicam os colonos que isto se deve ao fato de ser o primeiro prenome o mais importante, nas relações oficiais. No cotidiano, porém, ele é usado em sua forma alemã: Rudolf. Em boa medida, esse aportuguesamento foi decorrente da política de nacionalização, iniciada com o Estado Novo.

São extremamente raros, entre os católicos, os nomes dados em homenagem a santos. Entre os evangélicos, são raros os nomes de grandes líderes evangélicos, como Lutero (ou Martinho), Gustav Adolf etc. Nomes de políticos tampouco são prestigiados, embora existam alguns colonos chamados Getúlio ou Darci. A política, para meus informantes, é considerada oscilante, e o nome de um político, comprometedor para quem o porta. Eles contrastavam a transitoriedade da política com a solidez dos nomes de família e enfatizavam a "dívida que os vivos têm com os parentes mortos". A ênfase está na obrigação de continuar honrando-os "para que os nomes dos antigos não sejam esquecidos".

Para os homens, o sobrenome é mais importante que para as mulheres, desde o ponto de vista do grupo como um todo, mas não necessariamente das próprias mulheres. Se o prenome expressa uma relação tio-sobrinho, ou avô-neto, assim como o tronco a que a família pertence, é freqüente o homem ser chamado apenas pelo sobrenome. Em geral, porém, o sobrenome antecede o prenome no tratamento cotidiano. Assim por exemplo, Jacob Arthur Spindler é chamado Spindler's Jacob, indicando que Jacob pertence ao tronco dos Spindler.

Num documento datado de 1825, endereçado a D. Pedro I, havia 132 assinaturas, mas, desse total, 46 assinaram apenas o sobrenome (Hunsche, 1975: 182). É possível que o prenome seja importante no interior dos grupos de parentesco, e certamente o é, pois constitui uma memória genealógica. Em contrapartida, no domínio público externo, o sobrenome ganha em importância, porque aí a pessoa é representante de um tronco.

A mulher, pelo contrário, nunca é chamada pelo sobrenome, mas apenas pelo prenome que, como já vimos, não representa uma relação de parentesco. Ademais, o prenome é usado em declinação neutra: *das* Emma, *das* Alma. Já os homens são referidos na declinação masculina: *der* Heinrich, *der* Ernesto. O prenome feminino, em geral,

O prenome (sobrenome) usado
 Júlio de Castro (pai)
 Juicista

não pertence ao “estoque” de nomes relacionado à memória genealógica, nem é a ela incorporado. Aliás, quando realizei meus levantamentos genealógicos, verifiquei que muitas vezes não se sabia o prenome das mulheres. Sabia-se o sobrenome, mas de modo muito particular e significativo. Dizia-se *sie war eine Brodbeck's Tochter* (ela foi uma filha de Brodbeck), ou então *sie war Brodbeck von zuhause* (ela era Brodbeck de casa), dando-se ênfase à *casa* de seu pai.

Ao se casar, a mulher perde o sobrenome “de casa” e recebe o do marido, mas continua sendo designada como uma *Brodbeck's Tochter* (filha de Brodbeck). Com o casamento ela poderá se tornar uma *Hausfrau*, o que corresponderia a dona de casa, mas cuja tradução literal é “mulher da casa”. De fato, ela pode ser dona *de* casa, na medida em que lhe cabe governar o domínio doméstico, mas não dona *da* casa. Pelo contrário, a *casa* é dona dela. A casa, enquanto domínio doméstico pertence à mulher, mas nunca enquanto *Stammhaus*.

A forma de nomação feminina expressa claramente a ambigüidade e a transitoriedade de sua condição de “bem circulante”. Ao casar-se, ela passará a ser *Emma Spindler geboren Brodbeck* (Emma Spindler nascida Brodbeck)³. E, ao falecer, sua ambigüidade voltará a ser registrada, pois em sua sepultura constará a mesma designação. Até os anos 30 do século XX prevaleciam túmulos separados, concentrando-se as diferentes famílias em espaços distintos do cemitério. A partir daí passam a predominar as sepulturas de casal, e nestas, o marido com seu sobrenome completo está à direita da cabeceira e a esposa, com o sobrenome do marido *e* do seu pai à esquerda. Ela como que está sempre *entre* duas famílias. A partir da década de 40 multiplicam-se os jazigos de família, onde se lê: Aqui jaz a família Spindler. Mesmo nesses, a mulher continua com seu nome “de casa”. Nos túmulos repete-se o viés patrilateral desse sistema de parentesco, pois, afinal, a sepultura é a última morada: nos jazigos de família são enterrados os pais e seus filhos casados com suas esposas, mas não as filhas casadas e seus maridos:

“Se a terra toda a vida foi cuidada mais pelo homem que pela mulher então ele tem mais direito que ela... No cemitério é a mesma coisa, é ele, o pai dele, os irmãos que trabalharam juntos que devem ficar juntos. Ela casa, vai para a família dele e dá filhos para ele e é com os dele que ela deve ser enterrada.”

³ Esse padrão de nomação aponta para uma bilateralidade, ainda que subordinada a uma ideologia patrilinear.

Deve-se notar uma alteração mais recente, que obedece ao planejamento do espaço do cemitério, inteiramente estranha aos valores tradicionais: as pessoas vão sendo enterradas ao longo de caminhos e quadras, por ordem de falecimento, e não mais por grupos familiares. Em decorrência disso, podemos encontrar um marido separado algumas quadras de sua esposa, ou filhos separados dos pais. A desagregação do sistema de parentesco continuou, então, mesmo após a morte. Diga-se de passagem, as partes modernas dos cemitérios me deram muito mais trabalho que as partes antigas (a observação do mundo dos mortos me forneceu muitos *insights* relativos ao sistema de parentesco e à organização social dos vivos).

Ao contrário de seu irmão, a mulher não é uma Brodbeck, para voltar ao exemplo antes usado, mais sim filha de um Brodbeck, enquanto o irmão sempre será um Brodbeck. Ao se casar ela não será, a não ser oficial ou formalmente, no plano dos registros cartoriais, uma Spindler. Ela nunca será Spindler's Emma, mas apenas Emma. Poder-se-ia dizer que a mulher não é, mas *está* numa família, sempre em função de um homem. O casamento não é percebido como tendo se realizado entre Jacob Spindler e Emma Brodbeck, mas entre Spindler's Jacob e a Brodbeck's *Tochter* (entre Spindler's Jacob e a *filha* dos Brodbeck), isto é, por um acordo entre dois homens. Como vimos, o casamento até recentemente era entre famílias e não entre indivíduos.

Numa certa medida, porém, o *status* da mulher na família do marido se transforma quando ela se torna avó, e quando sua sogra já morreu. Ela se torna então o equivalente à *maitresse* da casa camponesa francesa, face a uma outra nora, que é agora a mulher de fora, mesmo que parente. Neste ponto temos um exemplo de como a identidade da *casa*, internalizada pela *maitresse*, não se confunde com a identidade de "sangue".

Em relação ao aportuguesamento dos nomes, ou à adoção de nomes brasileiros, Willems (1980) conclui que se trata de um indicador da assimilação dos teuto-brasileiros. Não nego isto, mas chamo a atenção para o fato de que a nacionalização foi imposta. Durante a fase final do Estado Novo e durante a Segunda Guerra Mundial realizou-se um esforço no sentido de eliminar os sinais diacríticos da origem étnica e da identidade étnica. Assim, por exemplo, casas com a tradicional arquitetura de "enxaimel", tiveram que ser revestidas com reboco de cimento para esconder sua "germanidade". E os nomes, inclusive alguns sobrenomes, foram aportuguesados. É o caso, por

exemplo, do sobrenome Brandt, transformado em Pranti. Em Teófilo Otôni ocorreu o mesmo processo: Sommerlath foi aportuguesado para Somerlate.

Mas, por outro lado, a assimilação nada tem a ver com a identidade de parentesco. A forma de nominação expressa a existência de uma fidelidade a um patrimônio familiar de nomes. Mais especificamente, patrimônio de uma *árvore* e de um *tronco*. Esse patrimônio é passado de geração a geração — como se viu, através do padrinho —, seja na grafia alemã, ou de forma aportuguesada. Assim, se se considera o nome como um indicador, ele tanto pode indicar a continuidade, em sua forma alemã, como uma ruptura. Da mesma maneira, um nome brasileiro pode expressar a continuidade, lingüisticamente “atualizada”, ou uma ruptura.

O prenome Adolf, se dado a um filho em homenagem a Adolf Hitler (pois a ideologia nazista e pangermanista penetrou nas *colônias* do Sul), revela uma ruptura, ao mesmo tempo que uma aderência à “tradição cultural alemã”. Um prenome como Luiz representa a continuidade face ao patrimônio do *tronco*, ao qual pertencia o prenome Ludwig. É de se notar que cada *tronco* tem um repertório próprio de prenomes, ainda que haja superposições.

Esses nomes que refletem a ideologia pangermanista, ou a ideologia integralista, são muito mais freqüentes nos núcleos urbanos, como São Leopoldo ou Novo Hamburgo, do que nas *picadas* rurais. Podemos encontrar na cidade nomes como Carlos Plínio, onde Carlos é a tradução de Karl (nome do irmão do pai, ou do pai do pai) e Plínio uma homenagem a Plínio Salgado. Ou então, Getúlio Alberto, onde a homenagem a Vargas deslocou para segundo plano o nome do pai, do irmão do pai, ou do “estoque” familiar em geral. Na cidade, a identidade pangermânica era, naquela época, maior que a identidade de parentesco, ou pelo menos competia com esta no plano da nominação. Já os que se opunham ao pangermanismo ou ao nazismo, mas que tinham o nome Adolf em seu estoque tradicional, optaram por eliminá-lo.

A nominação, tal como o compadrio — e um espelha o outro — se organiza em torno a princípios de parentesco. Ela espelha também a diferença entre os gêneros, de forma coerente com a não-participação da mulher na herança da terra. Terra e nome são duas faces, material e simbólica, do patrimônio da *casa*. Há ainda uma outra diferença entre homens e mulheres: os primeiros recebem, no batizado, dois prenomes, ambos expressando relações de parentesco; as mulheres ape-

nas um, freqüentemente um “nome de fantasia”. Os prenomes masculinos são, o primeiro, o do irmão do pai ou do pai do pai, e o segundo, o do pai da mãe ou do irmão da mãe⁴. Significativamente, o prenome “agnático” sempre precede o “matrilinear”. Mas, se no batizado e no registro civil o homem recebe dois prenomes, o segundo só é conhecido pelos parentes mais próximos. Essa dupla nomenclatura pode expressar a aliança, mas o que pesa nas representações do grupo é a descendência. No âmbito da comunidade o homem é conhecido apenas pelo prenome “patrilinear”, na forma já referida (Spindler’s Jacob).

Da Alemanha veio também uma tradição de primogenitura, que cedeu lugar à ultimogenitura, mais generalizada na área por mim estudada. Manteve-se, porém, a tradição da transmissão do nome, nesse caso, de pai para filho. Assim, encontra-se quatro gerações de Georg Jacob Fucks, por exemplo (Domingues, 1977: 412), ou quatro gerações de sucessores como:

Johann Martin Thön (1779-1838)

Johann Martin Thön (1817-1892)

Johann Martin Thön (1849-1931)

Johann Martin Thön (1885-1960)

O nome acabou se extinguindo por falta de sucessores, isto é, de filhos homens. O autor onde encontrei essa referência (Thön, 1985), é neto do terceiro daqueles homônimos e filho de Johan Friederich Thön, irmão de Johann Heinrich Thön.

Outro exemplo de sucessão de nomes (no caso, um exemplo de família católica) é o de Peter Schneider. O primeiro veio para o Brasil em 1828 com seu filho homônimo, que passou o nome para um neto, visto que não teve filhos homens. A continuidade prosseguiu através do aporuguesamento, Pedro. Outro nome que pertence ao “estoque” dessa família é Daniel, passado a não primogênitos. Note-se que o local ocupado por essa família ficou sendo denominado Vale dos Schneider, ainda que outras famílias também tenham se instalado lá, refletindo a existência de *casas* dominantes. Esse mesmo

⁴ Trata-se, novamente, da bilateralidade subordinada ao viés patrilinear.

padrão de denominação de *picadas* pelo nome de famílias é comum: *Baumschneiss* (picada dos Baum), *Fuckserock* (canto dos Fucks).

O nome expressa, portanto, uma descendência, e não importa se a tradição era de primogenitura ou de ultimogenitura. Como já foi dito, trata-se de homenagear parentes mais velhos, inclusive já falecidos; não se trata de homenagear indivíduos, mas, na realidade, afirmar a identidade com o grupo. A criança que recebe o nome é portadora de uma dupla responsabilidade: propagar o nome através de sua própria prole e honrá-lo.

No caso da tradição menos freqüente de primogenitura (que, como disse, se dissolveu quanto à transmissão da terra), se o primogênito morre, seu nome é passado ao segundo filho homem, quando este nasce após o falecimento daquele.

Vale ressaltar ainda que, quando a relação de compadrio se estabelece entre pessoas sem laços de parentesco, o afilhado *não* recebe o prenome do padrinho, costume geral, como já mencionei. É o parentesco consanguíneo que informa a nominação, e não o "parentesco ritual" por si próprio. Pelo contrário, este último é uma forma de reafirmar o primeiro.

Se, na escolha dos nomes femininos prevalece em larga medida a apreciação estética já referida, há também uma transmissão de nomes de madrinha (preferencialmente a irmã da mãe) para afilhada, ou de avó materna para neta. Poder-se-ia dizer que há duas linhas de transmissão, uma matrilinear e outra patrilinear. Até por volta de 1930 ocorria dar-se à afilhada o nome do padrinho, em geral, irmão da mãe, em versão feminilizada: Jacobina, Filipina etc. Tem-se então que, para a nominação feminina as alternativas e a flexibilidade são maiores. Para os homens a rigidez é maior, pois são eles os continuadores das linhas de parentesco e do patrimônio. Jacobina Mentz, por exemplo, a líder dos Mucker, teve por nome a versão feminina do nome de seu irmão mais velho, Jacob. Este último nome foi também o do filho, neto, bisneto e sobrinho daquele irmão. O último Jacob foi batizado em 1963. O nome Jacobina desapareceu após o término do movimento Mucker, dadas as perseguições aos descendentes.

Essa herança de nomes femininos se concentra na filha mais velha. Ainda que a significativa redução do número de filhos, de ambos os sexos, dificulte reproduzir a tradição de nominação, há um grande número de nomes ancestrais "que não podem ser esquecidos". Esta talvez seja uma das razões da feminilização de nomes masculinos, por falta de meninos face ao grande número de nomes.

A herança de nomes femininos não se faz, como disse, segundo padrões rígidos. Durante meu trabalho de campo a irmã da mãe da mãe de uma criança insistiu para que a menina recebesse o nome de Maria Madalena, "porque seu nome estava sendo esquecido pela família". Este foi o nome da bisavó daquela tia. A mãe da criança argumentou, porém, que não batizaria sua filha com aquele nome, porque era um nome que evocava sofrimento: não só a personagem bíblica, mas a própria portadora do nome na família havia sofrido muito na vida. Esta última havia perdido um filho e o empreendimento do marido havia falido. A menina recebeu, então, "um nome bonito". No ano seguinte nasceu outra menina, neta daquela tia que havia sugerido o nome ancestral, e esta menina foi batizada como Sílvia Madalena, combinando-se a tradição com o gosto.

A nomação masculina, contudo, não admite, ou não admitia até recentemente, concessões ao gosto ou a modismos. Os homens são os principais responsáveis pela tradição, pois tanto o nome como a terra são *traditio*.

Curiosamente, registra-se atualmente uma revitalização dos nomes tradicionais. Como os grupos domésticos são de tamanho reduzido, os nomes que eram antes "homenageados" num pequeno número de grupos domésticos com seis a oito filhos, hoje são "homenageados" em vários grupos, com dois a três filhos, ligados entre si.

Outro caso é ilustrativo. Acompanhei a escolha do nome de uma menina, a quinta menina de uma mãe, que ansiava por um menino. Era, de fato, uma situação excepcional para os tempos atuais, no que concerne ao número de filhos. Ainda antes do parto, a mãe declarara que, se fosse menino, deveria receber o nome do avô paterno, seguido daquele do avô materno. Nascida uma menina, a mãe, contrariada, omitiu-se da escolha do nome, vetando apenas o da sogra, com a qual vivia em conflito. O pai preferiu dar o nome de uma tia materna da esposa. O irmão desse pai era casado com uma irmã de sua esposa, a qual já era madrinha. Tentava ele seguir a tradição, galgando uma geração. Outras mulheres da família argumentavam em favor da estética e da "facilidade" do nome, sugerindo o de uma personagem de novela (por sinal, uma personagem rural e pobre como eles, que na cidade alcançara uma posição social elevada, casando-se, como era de esperar, com o galã da novela). E o "padrão Globo" suplantou o padrão tradicional dos colonos...

O padrão de uso dos nomes não só define os que pertencem à família, mas também os que a ela não pertencem, ainda que façam

parte do grupo doméstico. É o caso dos *Knechten*. Essa palavra significa servos e corresponde, em geral, a jovens solteiros, ainda que existissem também os casados, morando numa parte separada da casa. Em geral, eram filhos de colonos *fracos*. Distinguem-se dos empregados por compartilharem a casa como residência e por trabalharem junto com os filhos. Tal como estes últimos, sua remuneração era dada pela participação no consumo geral da família, além de uma pequena “mesada”.

O *Knecht* tinha sua subordinação expressa simbolicamente pelo uso do diminutivo, seja do prenome, seja do sobrenome: *Kappes's Karlsche*, quando o nome era Karl Kappes. Mantém-se, então, o padrão masculino, como se viu em páginas anteriores, que designa o pertencimento a uma família, mas define-se a subordinação através do diminutivo. O diminutivo do sobrenome define ao mesmo tempo o grupo de parentesco e a *picada* (geralmente a mesma daquela da família com a qual mora, ou uma vizinha) e a condição de *fraco* de sua família. O diminutivo do prenome designa-o como pessoa não pertencente à família, mas integrada ao grupo doméstico.

Além dos *Knechten*, algumas famílias de colonos *fortes* possuíam escravos, muito embora as leis de 21/7/1848, e de 13/10/1850 proibissem a aquisição de escravos por parte dos colonos. Esses escravos recebiam o sobrenome da família a qual pertenciam, mas nunca um prenome ancestral, do patrimônio do *tronco*. Ao contrário do escravo da *plantation*, aqueles dos colonos trabalhavam junto com a mão-de-obra familiar. A incorporação de escravos não alterava, portanto, a lógica fundamental da produção camponesa. Assim, o escravo Manoel Bier pertencia à família Bier, e os escravos José e João Eggen (que não eram irmãos entre si) pertenciam à família Eggen (Müller, 1978: 18). O sobrenome Reis (pronunciado Rais: literalmente, arroz), é hoje de uma família descendente de escravos, assim como dos descendentes da família de mesmo nome, proprietária desses escravos.

O escravo era como que incluído no grupo doméstico, inclusive comendo junto com a família de *colonos*. Müller descreve o seguinte:

“João Schmidt [...] reunia, à noite, antes de se apagarem as luzes da casa, os negros que serviam nela e com todos os outros membros da família lia alguns versículos bíblicos. Depois, dava a bênção a todos e todos se recolhiam” (Müller, 1978: 18).

Tanto a posição de *Knecht* como a do escravo aproximavam-se, assim, da posição dos servos da Europa medieval, descrita por Flandrin (1984). O pai, por sua vez, tinha posição análoga à do *pater*

famílias cristão, responsável pela religiosidade e pela moralidade de todos os membros do grupo doméstico, isto é, da *família* em seu sentido latino.

Os escravos, destarte, não estavam fora da organização doméstica, mas ocupavam posição subordinada, simbolizada pelo fato de se servirem à mesa após os brancos, tal como as crianças se serviam após os adultos. Identificavam-se, contudo, com a família e com a tradição teuta. Uma velha senhora, falecida aos 89 anos, na década de 50, nunca aprendera a falar português. Conheci uma filha e uma neta de uma escrava que morreu aos 92 anos, também sem falar português. O seguinte depoimento é ilustrativo dessa identidade:

“Um dia, no tempo que havia muita intranqüilidade política, com grupos do exército buscando recrutas à revelia, estavam os filhos do colono e seus dois escravos trabalhando na roça. Ao perceberem a aproximação dos estranhos, os filhos fugiram para o mato para se esconderem. O chefe da tropa perguntou aos dois escravos por onde andavam os filhos do colono e eles responderam indicando justamente a direção oposta à tomada pelos fugitivos. Um *Musterreiter* (representante comercial) que havia visto tudo, perguntou aos negros: por que vocês fizeram isso? E eles responderam: *Wir Deutscher Buben müssen 'sammen halten* (nós, rapazes teuto-brasileiros, devemos ficar unidos)”.

Isto não significa que não houvesse maus-tratos, ainda que provavelmente tenham sido mais freqüentes na cidade. No Código de Posturas de São Leopoldo encontrei a proibição de se bater em escravos à noite — não para proteger as vítimas, mas para não perturbar o sono dos vizinhos e a paz pública!

Os nomes e o compadrio, portanto, associam-se e expressam simbolicamente o parentesco. O compadrio opera no sentido de cimentar relações de parentesco. Os dois usos, por outro lado, são uma memória do parentesco, da história genealógica. Pelo compadrio “casam-se” parentes paralelos. Através dele se transmitem nomes, e estes, patrimônio como o é também a terra, remetem à descendência, à *árvore* e ao *tronco*. Os nomes também indicam quem tem e quem não tem direito à herança, sublinhando o caráter patrilinial da ideologia e constituindo uma das dimensões de construção dos gêneros.

Os padrões de compadrio e de nominação expressam, portanto, um esforço de conciliação entre princípios de parentesco distintos, aliança e descendência. O apadrinhamento é visto como uma obrigação, como o pagamento de uma dívida, na própria concepção dos colonos. Trata-

se, pois, de reciprocitar uma dádiva, de efetivar uma troca e, com ela, de realimentar a aliança através das gerações. Mas trata-se também de privilegiar o princípio da descendência, expressa no padrinho preferencial. O nome, como vimos, é o do padrinho, mas quem o escolhe são os pais. Se no referente à herança da terra a ultimogenitura veio a predominar sobre a primogenitura, na relação entre compadrio e nomeação a primogenitura prevalece.